

REFLEXÕES SOBRE A MASCULINIDADE NA DEFICIÊNCIA FÍSICA

Andréa Fernandez Griffó¹

Giovanna Souza Picolo²

Rinaldo Correr³

1 Introdução

A sexualidade, em seus componentes pessoais, sociais e políticos, compreende uma série de elementos que transcendem os contornos do sexo e suas manifestações; ela envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos e processos plurais e culturais de uma sociedade. Não é meramente aprendida, mas sim construída ao longo da vida do indivíduo, por muitos meios e muitos sujeitos.

Para Maia (2011), a sexualidade, em uma redoma individual, é entendida como um conjunto libidinal oriundo de diferentes fontes de prazer, em que o erotismo não é restrito pela genitalidade. Sexualidade, portanto, não é sinônimo de sexo e relações sexuais, mas incorpora os valores e concepções sobre o próprio corpo e suas funcionalidades, construções dos gêneros e normatização das relações amorosas. Assim, como afirma Louro (2019), não há nada de “natural” neste viés. Somente por meio de processos culturais é possível delimitar o que é, ou não é, natural. O homem produz-se, transforma a natureza e, conseqüentemente, a torna histórica/social. O meio social agrega sentidos aos corpos e nele a determinação dos gêneros é feita em concordância ao contexto de uma cultura e suas marcações. Logo, as possibilidades de expressão da sexualidade, dos desejos e prazeres, são estabelecidas e codificadas no social.

Pessoas com e sem deficiências, por vezes, crescem desprovidas de informações sobre sexualidade e permanecem submersas em um processo de educação escasso e inadequado, ausente de experiências erótico-afetivas na infância e adolescência. No caso de pessoas com deficiência, a instituição familiar exerce maior impacto neste aspecto, uma vez que é comum ser caracterizada pelo isolamento social, segregação e excessivo controle comportamental do sujeito com deficiência, condicionando-o a uma dependência e insegurança que limitam as possibilidades de desenvolvimento pessoal e social. Assim, as manifestações da sexualidade de pessoas com deficiência consideradas impróprias se originam no ambiente descrito (Maia,

¹ Mestranda em Educação Sexual, UNESP/ FCLAr -Araraquara, Orcid <https://orcid.org/0009-0001-3666-8710> GEPESIC, andrea.griffo@unesp.br

² Mestre em Educação Sexual, Doutoranda em Educação UNESP/Rio Claro, Orcid <https://orcid.org/0000-0002-7961-5707>, GEPEDIS, giovanna.picolo@unesp.br

³ Doutor em Psicologia Social, UNESP/Rio Claro, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8314-1647>, GEPEDIS, rinaldo.correr@unesp.br



2006).

Em relação às deficiências, para Omote (1999) a percepção das diferenças individuais é a razão inicial, pela qual, em qualquer sociedade, as pessoas possuem a consciência da existência de alguma forma de deficiência (grifo do autor). Há um número elevado de diferenças entre uma pessoa e outra, sendo mais ou menos visíveis, chamando mais ou menos atenção. Há aquelas que, ainda que não visíveis, destacam-se de maneira mais acentuada, e outras que passam despercebidas, ainda que se mostrem explícitas. Portanto, as diferenças são frutos de comparações e não propriedades inerentes a um atributo do sujeito. Estas comparações, podem ser de um comportamento ou atribuição, tomando-se por referência um padrão, norma ou critério. Maia (2006) exorta que é presente, no imaginário social, a ideia de que uma pessoa com algum tipo de deficiência é, salvo exceções, um sujeito possuidor de desvantagens e dificuldades sociais indesejáveis. Há a ideia de que, ao se falar de uma pessoa com deficiência, incita-se a imagem de “falta”: um membro ausente, déficit de inteligência, olhos, ouvidos lesados, mobilidade reduzida, ou mais de uma falta concomitante.

Logo, a sexualidade do homem com deficiência física, diante da construção cultural e social é imposta pela visão da desvantagem física, apresenta-se como barreira para o pleno exercício da prática sexual como saudável, possível e prazerosa e, ignora a potencialidade dos desejos de afeto e prazer, partindo de uma condição física e desmerecendo outras qualidades e possibilidades que vão além da genitalidade.

Maia (2011) sinaliza que, por vezes, é no aspecto social e psicossocial que residem as maiores dificuldades e limitações gerais relacionadas a vivência da pessoa com deficiência, não somente nos aspectos orgânicos (sexo). O preconceito e a ignorância no assunto negam a sexualidade do sujeito, rotulando-o como assexual, justificado pela visão fragmentada do corpo “imperfeito” ou “não eficiente”. Tais crenças e mitos sobre a sexualidade desta população abarca modelos normativos relacionados e construídos socialmente, que por sua vez exibem a fantasia de uma felicidade idealizada a todos, impactando diretamente a vida de pessoas com alguma deficiência visível e que por ela são estigmatizadas. A autora descreve os mitos mais comuns sobre a sexualidade desta população:

- A. relação sexual satisfatória depende somente do pênis ereto;
- B. a satisfação sexual depende do orgasmo;
- C. certas dificuldades orgânicas, como a incontinência urinária, por exemplo, corresponde a uma incompetência genital;
- D. a ausência de sensações corresponde uma ausência de sentimentos;
- E. a inabilidade de locomoção significa a inabilidade de usufruir e oferecer prazer;
- F. a perda das funções genitais corresponde a perda da sexualidade;
- G. pessoas deficientes físicas são assexuadas;



- H. pessoas deficientes geram filhos deficientes;
- I. pessoas deficientes físicas devem relacionar-se e casar-se com pessoas também deficientes;
- J. pessoas não-deficientes só têm relações sexuais com deficientes se tiverem problemas de solidão;
- K. todo problema sexual da pessoa deficiente física decorre de sua invalidez (MAIA, 2006, p.184).

A rejeição e preconceito da sociedade em reconhecer, aceitar e contribuir para uma manifestação e vivência saudável e responsável da sexualidade por parte de pessoas com deficiência são revelados por essas crenças. Assim, é imperativo considerar que a prática sexual é inerente ao ser humano e por isso, não pode ser meramente atrelada às condições físicas, desconsiderando a necessidade sexual, as diversidades, e idealizando de forma simplista e generalizada as potencialidades e dificuldades envolvidas no estudo e na prática sexual na deficiência física (Maia, Ribeiro, 2010; Maia 2015).

A família, por sua vez, não tem esta preocupação por julgar e não reconhecer como possível para este homem o desejo, o sexo, a constituição de família, a plenitude amorosa, a paternidade e sua capacidade de usufruir da sua sexualidade com potência e virilidade, e que possam ser vistos como pessoas atraentes e desejáveis sexualmente. Tendem a colocar a deficiência como empecilho para a prática sexual na perspectiva de uma suposta vida normal, completa e feliz. Pinel (1993) coloca que, as informações sobre sexualidade de filhos com deficiência estarem fora do alcance dos pais, provoca um constrangimento em relação ao tema, por vezes, erroneamente interpretado como uma forma de negação a qualquer tentativa de educação sobre o tema.

Falar de uma sociedade inclusiva sem pensar na questão sexual de homens com deficiência física, é fechar os olhos para necessidades humanas, desvinculadas de padrões estéticos perfeitos, ditados por uma sociedade preconceituosa e despreparada para lidar com os tabus que envolvem o tema sexual num corpo deficiente, que precisa ser tratado com naturalidade e respeito. Assim, a pesquisa tem por objetivo sistematizar e analisar as produções científicas acerca da concepção de masculinidade e sexualidade em pessoas com deficiência física. Para atingi-lo, realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, por meio de levantamento e análise bibliográfica de artigos; buscando uma reflexão sobre o tema e possíveis intervenções a partir dela.



2 Metodologia

Para atingir os objetivos do estudo, foi realizada uma busca de artigos em plataformas de pesquisas acadêmicas reconhecidas, com foco em materiais que apresentassem relevância para a temática em questão. A metodologia utilizada baseou-se na pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte, conforme a definição de Gil (2002), que enfatiza a importância da revisão sistemática da literatura existente para mapear os avanços e as lacunas no campo de estudo.

Severino (2000) descreve uma sequência de momentos fundamentais para a estruturação e planejamento de um trabalho científico, sendo eles: 1 - Determinação do tema-problema do estudo; 2 - Levantamento da bibliografia pertinente ao tema escolhido; 3 - Leitura crítica e documentação das referências selecionadas; 4 - Construção lógica do trabalho a partir da organização das informações coletadas; 5 - Redação do texto de forma clara e coerente. Seguir essa metodologia garante rigor científico e coesão ao estudo.

Gil (2002) destaca que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é proporcionar ao pesquisador uma visão ampla e contextualizada dos fenômenos estudados, superando as limitações de pesquisas diretas e permitindo uma análise mais abrangente. Dessa forma, a presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, por meio do levantamento e análise detalhada da produção científica existente sobre a temática, com o objetivo de sistematizar conhecimentos, identificar tendências e oferecer embasamento teórico sólido para a discussão proposta.

O trabalho possui características de uma pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte. Segundo Ferreira (2002), tal gênero de trabalho acadêmico envolve pesquisas que buscam listar, sistematizar e avaliar a produção em alguma área de conhecimento específica. O método implica a identificação de trabalhos produzidos na área, seleção e classificação dos documentos por meio de critérios estabelecidos de acordo com os interesses e objetivos do pesquisador; descrição e análise das características e tendências do material encontrado e a avaliação de seus principais resultados, contribuições e carências. A análise dos dados foi feita por meio da Análise de conteúdo calcada na proposta de Bardin (1997), sendo esta uma das formas de tratamento de dados em pesquisa qualitativa. Para Santos (2012), nessa análise, o pesquisador busca compreender as características que estão por trás das mensagens consideradas na pesquisa. Assim, o pesquisador deve compreender o sentido da mensagem, como se fosse um receptor normal, e, principalmente, buscar outra interpretação da mensagem. Bardin (1997) indica que esta utilização de análise possui três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, ou, inferência e a interpretação dos mesmos.

Para a seleção dos trabalhos estudados neste trabalho, foi realizada uma busca de artigos nas seguintes plataformas: banco de dados bibliográficos SciELO e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).



A Scientific Electronic Library Online (SciELO) é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A plataforma é o resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em parceria com Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). Desde de 2002, o Projeto conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que objetiva e tem por desenvolver uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico. Já o Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil produções científicas nacionais e internacionais, e objetiva reduzir os desnivelamentos regionais no acesso à informação científica no Brasil. Além disso, o portal é considerado um modelo de consórcio de bibliotecas ímpar mundialmente, pois é inteiramente financiado pelo governo brasileiro. O Portal busca atender às demandas dos setores acadêmico, produtivo e governamental e propicia o aumento da produção científica nacional, bem como o crescimento da inserção científica brasileira no exterior.

Na plataforma SciELO, os artigos foram buscados utilizando-se os descritores “masculinidades” e “deficiência física”. Essa plataforma, no entanto, não permite a seleção do idioma ou do período de publicação dos trabalhos, o que limita a filtragem inicial dos resultados. O levantamento foi realizado no dia 15 de setembro de 2024, e a busca retornou dois artigos, ambos em língua portuguesa, publicados nos anos de 2017 e 2020, respectivamente.

No Portal de Periódicos CAPES, a busca foi realizada na mesma data e utilizando os mesmos descritores empregados na plataforma SciELO. Diferentemente da SciELO, essa plataforma permite a seleção do idioma dos trabalhos e o período de publicação, o que possibilitou um refinamento maior da pesquisa. Foram aplicados filtros para o idioma português e para o período de publicação entre 2005 e 2024. Como resultado, foram encontrados dois artigos em língua portuguesa e um artigo em língua espanhola, publicados nos anos de 2020, 2018 e 2007. No entanto, verificou-se que um dos artigos em português já havia sido encontrado na SciELO, o que reduziu o número total de referências inéditas.

Por fim, optou-se por trabalhar apenas com os artigos escritos em língua portuguesa, garantindo maior acessibilidade ao conteúdo e melhor alinhamento com os objetivos da pesquisa. Dessa forma, a análise se concentra nos três artigos identificados, os quais serão apresentados de forma detalhada no quadro de informações a seguir.

Quadro 1: Seleção dos artigos para análise

Seleção de artigos selecionados para análise			
Título	Palavras- chaves		Ano
Masculinidades em diálogo: Produção de sentido a partir de marcadores sociais da diferença	Identidade de gênero, masculinidade, preconceito.		2017
“Eu esqueço que sou deficiente”: interações e sociabilidade de adolescentes com deficiência física que praticam esportes	Estudos sobre Deficiência; Adolescente; Esportes		2020
A reinvenção da sexualidade masculina na paraplegia adquirida.	Deficiência física, Sexualidade masculina, Gênero, Violência		2007

Fonte: Dados levantados pelas autores

3 Desenvolvimento

A seguir, apresentam-se as categorias que emergiram após as análises dos artigos: A demarcação do “ser homem” e “as relações sociais”. Antes de adentrá-las, faz-se necessário pontuar características relevantes encontradas. A primeira é que nos três artigos analisados, as pesquisas realizadas abarcaram pessoas com deficiência física, sendo duas somente com homens. Todos os trabalhos possuem natureza qualitativa e, por algum meio, envolvem o diálogo com a população citada, seja por entrevistas semiestruturadas ou grupo focal. Dois dos trabalhos centraram-se no público adulto e um no público adolescente.

3.1 Categoria: A demarcação do “ser homem”

Na pesquisa de Gaspodini *et al* (2017), os homens entrevistados associaram o “ser homem” a possuir um pênis, ser um protetor e ser cavalheiro. Por outro lado, os homens com deficiência participantes do grupo focal, associaram o “ser homem” ao “ser humano”, em que o gênero contorna os papéis das regras sociais que essas pessoas desempenham.

Em consonância com o primeiro ponto exposto, Silva e Albertini (2007), em seu estudo de caso, sinalizam que o homem com deficiência física adquirida entende o “ser homem” como “ser macho” após o nascimento, ou seja, a concepção de que o gênero seria a consequência da fisiologia e sinal de virilidade. Além disso, o estudo dos autores (2007), indica a associação da masculinidade à força e brutalidade inerentes, culminando, consequentemente, em “(...) uma rigidez na forma de pensar a sexualidade, em que a construção social e histórica do gênero não é considerada” (Silva, Albertini, 2007, p.46). Em conformidade, um ponto destacado na pesquisa de Santos, Moreira e Gomes (2020) feito com adolescentes, é em relação à



performance esportiva como via de afirmação da masculinidade, por meio da força e capacidade corporal. “Os sentidos dos adolescentes atribuídos à experiência no esporte evocaram modelos culturalmente construídos de masculinidade e feminilidade, demarcando as fronteiras que polarizam o que é ser homem e mulher” (Santos, Moreira, Gomes, 2020, p. 9). Realizando-se um apêndice quanto aos corpos com deficiência nos esportes, Camargo e Kessler (2017) alertam que, nesse cenário de desporto, há um jogo entre saber-poder que endossa a compreensão da necessidade de conserto ou readaptação de corpos dissonantes para o “padrão de excelência” dos corpos normativos. Retomando o ponto anterior, Bordini e Sberp (2012) em seu trabalho com o mesmo público, reiteram que a associação do masculino à força, resistência à dor, a coragem, a valentia, ao sustento, família, proteção e segurança familiar, a racionalidade e a potência sexual, sem controle dos seus instintos, ao passo que o feminino é associado a beleza física, a delicadeza, a sensualidade, o amor romântico, a monogamia e o sentido de cuidados e vaidades em relação ao próprio corpo. Assim, os processos de construção da identidade masculina decorrem da observação e pontuação das diferenças, como colocado por Braatz e Winter (2022); os adolescentes da pesquisa das autoras, colocam a diferenciação entre os gêneros em uma esfera binária que elenca não apenas as dicotomias, mas também as oposições.

Baliscei e Fernandes (2024) argumentam que, para além dos modelos normativos hegemônicos da masculinidade ideal, há, em concomitância mecanismos de vigília feito pelos próprios homens durante sua socialização, usados como medidores de autenticação - tanto para si quanto para o grupo - de ser um “verdadeiro homem”. Para os autores (2024)

[...] esse fator social tem compelido meninos e homens, desde a infância e com ênfase na juventude e na vida adulta, a desenvolverem uma espécie de crise identitária sem precedentes. Essas prescrições, praticadas, reforçadas e, inclusive, celebradas em níveis culturais, visuais e, portanto, simbólicos, têm contribuído para intensificar uma sensação de vulnerabilidade entre sujeitos infantis, jovens e adultos-estado que é negado e velado por eles (p.480)

Nota-se que as associações de masculinidade dos estudos analisados permanecem em consonância com as considerações de Silva (2000), em que, no séc. XIX, ser homem significava não “ser mulher” e muito menos “ser homossexual”. Assim, o homem vitoriano tinha sua identidade atrelada à sua representação na sociedade, bem como seus traços identitários ligados à forma física robusta, vigorosa, assim como as qualidades psicológicas que incluem a coragem, bravura e distinção. Concepções que se mostram presentes no séc. XX e atravessam homens com deficiência física que, em teoria, não atingem por completo tais requisitos, em especial a condição corporal.



3.2 Categoria: As relações sociais

O estudo de Gaspodini et al (2017), retrata a isenção dos sujeitos com deficiência física em nome de uma proteção ou cuidado com o mesmo, em especial por parte da família. Nesse sentido, Maia e Ribeiro (2010) inferem: “Os membros familiares também são atingidos pelos preconceitos sociais que tangem às pessoas com deficiências e se tornam importantes mediadores para ajudar o membro com deficiência a enfrentar os desafios e dificuldades” (p.168). Silva e Albertini (2007) expõem o sentimento de inadequação masculina de seu entrevistado no estudo de caso. Para ele, ser um homem como um parceiro amoroso implica força e virilidade, bem como a capacidade de gerir as situações da vida de forma completamente autônoma. “A fragilidade em que se percebe precisa ser ocultada, na medida em que dista da sua ideia de homem e que imagina ser a mesma de sua namorada. Para permitir que a mulher tome a dianteira, Juca precisa aceitar que possui algumas capacidades limitadas” (Silva, Albertini, 2017, p.22).

Em contrapartida, a base familiar foi um dado importante no trabalho de Santos, Moreira e Gomes (2020). O apoio da família no processo de cuidados e incentivo dos sujeitos com deficiência se constitui como uma referência importante para eles na articulação da autonomia e gerenciamento da própria vida em conjunto com as redes de apoio. Porém, fora dos contornos parentais, as relações sociais dos sujeitos com deficiência física foram vivenciadas com sentimentos de inferioridade e incapacidades, tolhendo-lhes oportunidades de positivar seus corpos e experiências. Contudo, como ressaltado pelos autores (ibid.), a convivência entre os pares gerou um sentimento de pertencimento e acolhimento uma vez que há o compartilhamento de experiências semelhantes, bem como o fomento de empoderamento promovido pela ideia de autonomia e independência. “O conceito de autonomia representa o controle do próprio corpo e do contexto de ação. A independência, por sua vez, associa-se à faculdade de decisão por si mesma, articulando-se com agência” (Santos, Moreira, Gomes, 2020, p. 7). Para Martins e Barsaglini (2011), há uma dicotomia entre ser e sentir-se deficiente, e assim, para reconhecer-se como uma pessoa com deficiência “(...) levam-se, em consideração, conceitos que se reportam à capacidade para o desempenho dos “papéis sociais”, e, no conforto moral, conforme os respectivos papéis e compromissos sociais são cumpridos e honrados” (p.112). Significa, portanto, a ocorrência de um incômodo diante de uma discordância entre a capacidade individual de desempenho em relação às expectativas do grupo ou de si mesmo.

Navone (2018) infere que as representações e interações sociais são atos políticos imbuídos de significados. Por sua vez, a deficiência é um complexo fenômeno social que interage com diversos aspectos da sociedade, sendo atravessada pelos discussos sobre sexo,



gênero, e a normalidade funcional compulsiva. “As representações masculinas, presentes em determinados discursos ligados à deficiência, apresentam uma tensão em relação às normas hegemônicas da masculinidade heterossexual, resumidas (embora nunca concluídas) nos três imperativos de prover, proteger e fecundar” (Navone, 2018, p.94) (tradução nossa). Além disso, esta identidade não é fixa e desprendida da história humana, possuindo um caráter complexo e contínuo que se interrelacionam com a normativa de plena capacidade que possui variações temporais, disputas e contradições.

Considerações finais

A partir deste estudo, verificamos de que forma a sexualidade masculina na deficiência física envolve questões emocionais, sociais, psicológicas e familiares e que apesar de inerente ao ser humano e um direito, está carregado limitações impostas por falta de informação, políticas públicas e preconceitos.

Faz-se necessário ressignificar e reconstruir a experiência erótica para além da genitália, criando uma nova identidade sexual que vise recuperar a confiança e a autoestima do indivíduo. Esse processo envolve não apenas a valorização da imagem corporal, mas também a superação de concepções limitantes que reduzem o corpo humano à sua funcionalidade biológica, desconsiderando as múltiplas possibilidades de prazer e expressão afetiva.

Para tanto, é fundamental questionar padrões e representações normativas sobre sexo e masculinidade que perpetuam estereótipos e mitos sobre a sexualidade das pessoas com deficiência. Muitas vezes, essas pessoas são erroneamente vistas como assexuadas, incapazes de nutrir sentimentos profundos, sem pensamentos próprios relacionados à sexualidade e desprovidas de necessidades sexuais legítimas. Além disso, enfrentam o tratamento infantilizado, marcado por excesso de proteção, privação da intimidade e a percepção social de que são indivíduos indesejáveis, pouco atraentes ou inaptos para estabelecer e manter relacionamentos amorosos e afetivos duradouros.

Tais concepções reducionistas tendem a restringir a experiência sexual ao funcionamento da genitalidade, priorizando exclusivamente a penetração e o orgasmo, em detrimento de outras formas de prazer que são igualmente legítimas e importantes, como o toque, as carícias e a masturbação. Esta visão limitada reforça barreiras que dificultam o reconhecimento da sexualidade como parte essencial da identidade e do bem-estar do indivíduo, independentemente de sua condição física.

Diante deste cenário, é imprescindível reafirmar que a sexualidade é um aspecto intrínseco ao ser humano e independe de quaisquer limitações corporais. O direito ao desejo, ao prazer, à intimidade e à construção familiar deve ser garantido de maneira incondicional, assegurando que



qualquer pessoa tenha a oportunidade de formar relações afetivas saudáveis, estruturadas com suporte e sem prejuízo das dinâmicas familiares. Além disso, é fundamental que se promovam políticas públicas que garantam o direito à sexualidade plena, articulando ações em diferentes frentes, como a educação sexual, o planejamento familiar e a prevenção de doenças, gravidez indesejada e abuso sexual.

Somente através dessas medidas será possível promover uma vida sexual digna e livre de restrições repressivas, reconhecendo a potencialidade de cada indivíduo, sem enquadrá-lo em padrões normativos rígidos e excludentes. A construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva requer a eliminação de obstáculos que impeçam a vivência plena da sexualidade, permitindo que todas as pessoas, independentemente de sua condição física, possam experimentar relações afetivas e sexuais de maneira satisfatória, respeitosa e autônoma.

Referências

Baliscei, J. P.; Fernandes, P. H. D. Tiktokzação das masculinidades: estudos culturais, questões de gênero e juventude CONTEMPORÂNEA. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 478–497, 2024. DOI: 10.14295/de.v12i1.16998. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/16998>. Acesso em: 23 fev. 2025.

Bardin, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

Bordini, G. S.; SBERP, T. M. Concepções de Gênero nas Narrativas de Adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 25(4), p.738-746, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbee/a/kYLkXPZsQVxZ85S95S3fQMz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 2 mar. 2025.

Braatz, M. De B.; Winter, G. Da F. “Eu não faço nada que seja do sexo contrário”: Narrativas de adolescente sobre as construções do masculino. **PSI UNISC**, v. 6, n. 1, p. 155-169, 5 dez. 2022. Acesso em 11 jan 2025.

Camargo, W. X.; Kessler, C. S. Além Do Masculino/Feminino: Gênero, Sexualidade, Tecnologia E Performance No Esporte Sob Perspectiva Crítica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 191-225, jan./abr. 2017 Além do masculino/feminino. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832017000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/zP8Wgz3JF8gYQ9mZ3GrFKRC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 jan 2025.

Ferreira, N.S.A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, Vol 23, nº 79, p. 257 - 252, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf> Acesso em 13 fev 2025.

Gaspodini, I. B.; Canabarro, R. P.; Cenci, C. M. B.; Perrone, C. M. Masculinidades em diálogo: Produção de sentido a partir de marcadores sociais da diferença. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, 25 (1) 17-25, Jan.-Jun., 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/2272/3f4e198ae7156d3e0a0b34bc82a80b4f901e.pdf> Acesso em Acesso em: 2 mar. 2025.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

Louro, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Maia, A. C. B.; Rodrigues, M. G.; Gomes, F. P.; Marques, P. F. Educação sexual para pessoas com deficiência física. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. 1, p. 215–224, 2015. DOI: 10.21723/riace.v10i1.7775. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7775>. Acesso em: 2 mar. 2025.

Maia, A. C. B. **Inclusão e Sexualidade**: na voz de pessoas com deficiência física. Curitiba: Juruá, 2011.

Maia, A. C. B. **Sexualidade e deficiência**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Maia, A. C. B., RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar os preconceitos sobre a sexualidade de pessoas com deficiência. **Revista Brasileira Educação Especial**, Vol. 16, nº2, p.159 - 176, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382010000200002> . Acesso em 11 fev 2025.

Navone, S. L. Norma, integracion y desafio. Representaciones masculinas de varones con discapacidad física. **Sexualidad, Salud y Sociedad** - Revista Latinoamericana, n. 29 - ago 2018 - pp.75-98. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2018.29.04.a> Acesso em 03 mar. 2025.

Omote, S. Deficiência: da diferença ao desvio. In: MANZINI, E. J.; BRANCATTI, P. R. (Orgs.). **Educação Especial e Estigma**: Corporeidade, sexualidade e expressão artística. Marília: Unesp Marília Publicações, 1999.

Pinel, A. C. A Restauração da Vênus de Milo: dos mitos à realidade sexual da pessoa deficiente. In: RIBEIRO, M (Org.). **Educação Sexual**: novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

Santos, F. M. dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 383–387, 2012. DOI: 10.14244/%19827199291. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291>. Acesso em: 2 mar. 2025.

Santos, T. V. Dos.; Moreira, M. C. N.; Gomes, R. “Eu esqueço que sou deficiente”: interações e sociabilidade de adolescentes com deficiência física que praticam esportes. **Cad. Saúde Pública** 2020; 36(2):e00014219 DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00014219>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/7qw9mMQDPTWCKZyHDc3Lpxs/> Acesso em 14 fev. 2025.

Severino, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Silva, C. G. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexo. **Psicol. cienc. prof.** n.20, v.3. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932000000300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/7ftQZzgJTGcvJmzWDv7gD5d/?lang=pt#> Acesso em 08 jan. 2025.

Silva, L. C. A Da.; Albertini, P. A. REINVENÇÃO DA SEXUALIDADE MASCULINA NA PARAPLEGIA ADQUIRIDA. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 19 - n. 1,



p. 37-48, Jan./Jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-80232007000100003>.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/B8G44CNG6HW9fmRRChNLtrF/> Acesso em 23 jan. 2025.